

INTRODUÇÃO

O estudo da guerra confunde-se com a própria história da humanidade, fazendo com que se compreenda que o desenvolvimento humano teve no conflito bélico um elemento presente e decisivo para a formação do cenário político e econômico moderno. A natureza do conflito sofreu grandes e profundas alterações no avançar dos séculos, tendo o mundo assistido à sua escala maior no século XX com duas guerras de proporções planetárias.

Dessa forma, a preparação para a guerra, ou mesmo os investimentos em defesa nacional, representam um elemento fundamental na estruturação econômica dos Estados Nacionais, já que acabam por exigir não apenas grandes quantidades de recursos financeiros, mas também de uma indústria minimamente desenvolvida e em constante evolução.

No presente trabalho, inicialmente se analisará a evolução da guerra como fenômeno histórico próprio da humanidade, especialmente diante do fato dos conflitos bélicos estão presentes há séculos na realidade mundial, culminando com duas guerras de proporções globais. O conflito bélico, portanto, sempre foi determinante para a definição das forças políticas e econômicas.

A seguir, analisa-se como o poder econômico e o poder militar são fundamentais para a formação e manutenção do Estado Moderno, e como se relacionam entre si, ou seja, de que maneira podem efetivamente determinar a correlação de forças estatais, não apenas do ponto de vista interno, mas igualmente no que diz respeito às relações internacionais, quer locais, quer globais.

Nesse contexto, da análise da relação entre o poder militar *versus* o poder econômico, não se pode desconsiderar o fenômeno da globalização, notadamente considerando que a maior difusão e pulverização dos capitais, do poder financeiro e dos processos industriais, trouxeram impacto direto na estruturação do estado moderno e, em especial, no seu esforço de preparação e construção de elementos de defesa nacional e de uma indústria capaz de fornecer elementos mínimos de segurança nacional ou de defesa.

Com a globalização dos mercados, a participação da indústria da defesa e da guerra, que tinha até a segunda metade do século XX participação e influência preponderantemente nacional, passa a ter, assim como a indústria em geral, uma forte dimensão, influência, atuação e alcance planetários. Assim, a dificuldade de concentração de capital em determinado estado em particular, notadamente pela volatilidade do capital financeiro, interfere decisivamente no financiamento e na formação de uma indústria de defesa e guerra

exclusivamente nacional, exigindo-se a maior interação entre os diversos estados nacionais na busca por uma maior preparação bélica ou militar.

O Brasil buscou nas últimas décadas maior inserção no cenário global, desejando com isso ser reconhecido como um *global player*, ou seja, um ator global capaz de ser respeitado no jogo mundial, bem como influir no cenário planetário cada vez mais globalizado e difuso. Dentre as estratégias adotadas pelo governo brasileiro para lograr esse objetivo pode-se destacar a maior participação militar brasileira em missões de imposição ou preservação da paz promovidas por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas ou a Organização dos Estados Americanos, bem como a tentativa de um maior fomento à indústria bélica e de defesa nacional.

Por fim, analisam-se também no presente artigo os prováveis cenários futuros em relação à guerra e aos conflitos bélicos, especialmente considerando a dificuldade de ocorrência de um conflito de proporções globais, sobretudo tendo em vista a difusão e interligação de mercados e capitais. Diante desse cenário mais globalizado, percebe-se que a guerra moderna caracterizar-se-á por conflitos regionais e localizados, bem como pela dimensão que a guerra passa a adquirir no século XXI, qual seja, a guerra cibernética.

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A GUERRA E OS CONFLITOS BÉLICOS

O homem tem no conflito armado uma realidade tão indissociável de sua própria evolução que é difícil entender o caminhar da sociedade, antiga ou moderna, sem a perfeita compreensão dos conflitos bélicos em suas mais variadas matizes. O conflito bélico seria intrínseco à política e à convivência humana, sendo entendido quase como um fenômeno “normal” (MAGNOLI, 2009, p.11). Em sentido oposto, tem-se a lição de Luigi Ferrajoli (2004, p. 30) que indica que:

en contra de un lugar común muy reiterado últimamente, no es verdad que la guerra, en el sentido moderno de aniquilamiento del adversario, haya existido siempre. Al contrario, este es un fenómeno rigurosamente moderno, incluso contemporáneo, producido con los potentísimos medios destructivos creados por la tecnología militar. Las guerras tradicionales, todavía hasta en siglo pasado, consistían en enfrentamientos circunscritos, de ejércitos de profesionales que se retaban en campo abierto bajo el mando de sus reyes y generales. Eran en suma una especie de duelos o torneos en los que la población civil por lo general no participaba. Y por más que pudieran estar animados por una brutal voluntad de aniquilamiento, encontraban – por intensidad y extensión – los límites objetivos de la naturaleza primitiva de los medios militares. Cosa Ben distinta es la guerra contemporánea: no solo la atómica, sino también la convencional, que se desenvuelve con misiles y bombardeos sobre las ciudades y que ha anulado todos los límites naturales que en el pasado habían circunscrito la lógica de destrucción intrínseca a la guerra.

A guerra foi, é, e sempre será, fruto do conflito entre povos e estados, que independente da motivação e forma, leva a humanidade ao limite de sua existência. Na lição clássica de Clausewitz, a guerra nada mais é do que uma continuação da política por outros meios, ou seja, um duelo de grandes proporções, cite-se

A guerra nada mais é que um duelo em escala mais vasta. Se quisermos reunir num só conceito os inumeráveis duelos particulares de que a guerra se compõe, faríamos bem em pensar na imagem de dois lutadores. Cada um tenta, por meio da sua força física, submeter o outro à sua vontade; o seu objetivo *imediato* é *abater* o adversário a fim de torná-lo incapaz de toda e qualquer resistência.

A guerra é pois um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade (CLAUSEWITZ, 2003, p. 7) (destaque no original).

Norberto Bobbio indica que a guerra é vista por alguns como o problema central dos tempos atuais, e está intimamente ligado aos conceitos de Estado e direito. Indica o autor a existência de quatro espécies de relação entre guerra e direito: “a guerra como antítese do direito, como meio para realizar o direito, como objeto do direito e como fonte de direito” (2003, p. 117).

Divergências políticas, econômicas, religiosas ou meramente territoriais sempre foram motivadoras de guerras e conflitos, obrigando os envolvidos a organizarem-se para o enfrentamento das situações críticas, bem como redefinirem seus conceitos políticos e jurídicos fundamentais.

Na antiguidade os conflitos entre clãs, tribos e, posteriormente, reinos, fizeram com que as relações sociais, humanas e políticas fossem transformadas, especialmente diante da necessidade de um nível mais elaborado de organização para o enfrentamento de tais situações. A dualidade entre guerra e paz sempre esteve presente na história humana, afirmando Thiago Rodrigues (2008, p. 211-212) que a guerra e paz representam uma dualidade constante na história humana, sendo uma determinante para que a outra seja obtida e representando de forma clara uma forma de determinação da ordem social, bem como, em muitos casos de processo de legitimação do poder soberano.

Após a batalha de Waterloo, e com a conseqüente derrota francesa, o Congresso de Viena estabeleceu um novo sistema europeu de forças políticas e militares, que dominaria até a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Neste sentido, afirma Demétrio Magnoli que “na passagem de um sistema para o outro, a guerra conheceu uma mudança radical. Clausewitz decifrou o sentido da mudança e elaborou o paradigma da guerra contemporânea” (2009, p. 12).

O século XX chega com dimensão ampla do conflito armado, as guerras mundiais. Exatamente um século atrás, a humanidade era levada a conhecer proporção de enfrentamentos bélicos, especialmente caracterizada por um escala transcontinental de conflito armado. Tal realidade mudou de forma significativa a forma de ver a guerra como fenômeno político, principalmente considerando o surgimento de novos países, o desaparecimento de outros, a atuação maciça de tropas, a produção em escala industrial e os danos e mortes em escala até então impensada.

Neste sentido, afirma Demétrio Magnoli (2009, p. 13-14) que as guerras conduzida no século XX levaram o conflito bélico a outra escala e dimensão, influenciando a política e a economia, que subverteram e explodiram os alicerces teóricos até então existentes sobre a guerra e a paz.

Tais conflitos, no entanto, por mais complexos que tenham sido, ainda mantiveram preservada a ideia de soberania e principalmente o significado das fronteiras nacionais e das formas tradicionais de produção industrial ou econômica, especialmente quando se considera que o processo de globalização da economia mundial acentuou-se apenas na segunda metade do século XX.

Assim como o século XX trouxe uma novidade na concepção de conflito bélico, a escala mundial, o atual século é iniciado consolidando uma tendência surgida nas últimas décadas do anterior, e que evolui numa velocidade vertiginosa: a guerra cibernética. Neste sentido afirma Joseph S. Nye Jr. (2012, p. 50) que:

O que é novo neste século é o aumento dos conflitos irregulares e as mudanças tecnológicas que ampliam as vulnerabilidades e colocam o poder destrutivo nas mãos de pequenos grupos de atores não estatais que teriam sido considerados caros demais para serem utilizados em eras anteriores. E agora a tecnologia trouxe uma nova dimensão à guerra: as perspectivas dos ataques cibernéticos.

As fronteiras já não possuem a importância de antes, o conceito clássico de soberania já não responde mais satisfatoriamente as questões nacionais, a presença maciça de tropas no terreno já não é garantia de supremacia militar ou sucesso bélico. A guerra foi levada a uma nova e ainda quase que integralmente desconhecida dimensão, não só política, mas também econômica. Como lembra Joseph S. Nye Jr. (2012, p. 50), atualmente as guerras ocorrem muito mais dentro dos próprios estados ou em regiões bastante delimitadas do que entre países independentes e autônomos.

Nesse sentido a existência de um Estado Nacional, tomando-se como referência o conceito moderno, passa necessariamente pela capacidade bélica concreta e permanente de proteger-se de ameaças intestinas e estrangeiras, bem como pela efetiva possibilidade de

possuir e implementar um parque industrial e um cenário econômico que possam efetivamente dar lastro à atuação estatal no cenário internacional. Diante de tal ideia explica Smith (2008, p. 30) que:

As guerras e os conflitos são travados a quatro níveis – político, estratégico, tático e operacional -, com cada nível enquadrando o seguinte por ordem decrescente, a partir do político; é isto que confere contexto a todas as actividades de todos os níveis na prossecução dos mesmos objectivos, e lhes permite serem coerentes entre si. O primeiro nível, o político, é a fonte do poder e da decisão. Este nível existiu sempre, pois os exércitos entram em combate não apenas porque dois ou mais se encontram por acaso num campo de batalha e decidem ocupar o tempo, mas sim porque uma questão entre duas ou mais entidades políticas não pode ser resolvida de outro modo, exigindo o recurso aos meios militares.

Afirma ainda Rupert Smith (2008, p. 30) que na guerra moderna a política é quem controla os militares, ou seja, a decisão de ir a guerra e dela sair fica adstrita apenas a esfera política, sendo tomada com base em eventuais ameaças a elementos caros ao estado, tais como, território, soberania, comércio, recursos, honra, justiça, religião, etc.

Diante dessa perspectiva não se pode deixar de associar as tendências da guerra moderna ao processo de globalização econômica, especialmente considerando que assim como em relação aos conflitos bélicos, não se pode mais atribuir às fronteiras a mesma importância. Em relação a economia e suas instituições os estados nacionais já não respondem mais com a mesma força do período pré-globalização. Dessa forma, tanto a guerra quanto a economia passam por um processo de modernização irreversível.

Percebe-se, portanto, que os conflitos bélicos representam uma realidade que não pode, ou pelo menos, não deve ser ignorada pela maioria dos estados nacionais modernos, especialmente pelas consequências econômicas, políticas e sociais. Nesse sentido, mesmo países com clara tradição pacífica como o Brasil, e que não possuem problemas aparentes e minimamente imediatos que os conduzam a um conflito bélico, não podem negligenciar os esforços relacionadas à criação e manutenção de uma política de defesa e segurança nacional minimamente estruturada, especialmente considerando a estrutura macroeconômica exigida para dotar o país de uma indústria capaz de garantir recursos para a promoção de tal segurança.

2 O PODER MILITAR E O PODER ECONÔMICO

O Estado Moderno possui diversas formas de demonstração e projeção de seu poder, dentre estes destacam-se o poder militar, o econômico, o religioso e até mesmo o cultural. No presente estudo, no entanto, dar-se-á foco apenas ao poder militar e ao poder econômico, e

principalmente à relação advinda de ambos, como interação e de que maneira irão se relacionar.

A capacidade de imposição de poder militar sempre esteve relacionada a capacidade de reconhecimento de um estado nacional como tal, ou seja, a possibilidade de imposição de sua soberania estatal externa sempre dependeu do estado possuir efetivamente capacidade de demonstração de poder bélico ou mesmo de dissuasão de agressões externas. Dessa forma, o “estado bélico” é inerente ao próprio conceito de estado moderno.

O papel da intervenção militar estatal, quer no âmbito interno ou externo ao seu território tem sofrido grandes mudanças nas últimas décadas, especialmente considerando que diversas forças surgiram, como a difusão em massa de informações, um maior grau de desenvolvimento social e humano em muitos países, bem como uma forma mais consolidada de organização social em muitos países. Dessa forma a opção militar de resolução de conflitos acaba sendo considerada em último plano, ou pelo menos, em um grau extremo.

Neste sentido, comentando o poder militar afirma Joseph S. Nye Jr (2102, p. 56) que a força bélica segue sendo um elemento decisivo e determinante no contexto das relações internacionais, porém atualmente essa força coexiste com outras, tais como a econômica, a dos meios de comunicação ou mesmo se atores privados transnacionais. Assim, considerando o enorme custo de soluções militares, meios alternativos muitas vezes são utilizados, ao contrário do que havia no passado.

O poder bélico, com sua respectiva projeção e exercício, ainda segue sendo um dos elementos fundamentais para a imposição de força estatal, quer no âmbito interno ou externo. Nesse sentido os recursos militares como elementos de poder, podem ser utilizados de diferentes formas, como bem explica Joseph S. Nye Jr. (2012, p. 67):

Os recursos militares podem implementar quatro tipos de ações que são as modalidades ou superioridades do poder militar. Os recursos militares podem ser usados para (1) fisicamente combater e destruir; (2) dar respaldo às ameaças na diplomacia coercitiva; (3) prometer proteção, incluindo a manutenção da paz; e (4) proporcionar muitas formas de assistência. Quando essas ações são bem realizadas, produzem mudanças comportamentais preferidas nos alvos.

Por mais que o uso do poder militar tenha mudado sensivelmente nas últimas décadas e séculos, ele sempre se fará presente, já que fornece um grau mínimo de ordem, porém tem paulatinamente perdido espaço para outras dimensões de poder estatal, especialmente o econômico. (NYE JR., 2012, p. 77). A relação entre poder econômico e militar é discutida e analisada há tempos, e neste sentido sintetiza Joseph S. Nye Jr (2012, p. 79-80):

Os observadores políticos há muito vêm debatendo qual poder – o econômico ou o militar – é mais fundamental. A tradição marxista coloca a economia como a

estrutura básica do poder e as instituições políticas como uma superestrutura parasitária. Os liberais do século XIX achavam que a interdependência crescente no comércio e nas finanças tornaria a guerra obsoleta. Os realistas replicam que a Grã-Bretanha e a Alemanha eram os principais parceiros comerciais um do outro em 1914, mais isso não impediu uma conflagração que atrasou meio século a integração econômica global. Segundo eles, os mercados dependem de uma estrutura política para manter a ordem. O que era chamado de “comércio livre” no século XIX baseava-se na preeminência naval britânica. Além disso, operações dos mercados eram com frequência mais lentas e menos dramáticas do que o exercício da força militar.

Dessa forma, a relação entre poder bélico e econômico sempre foi e segue sendo indissociável, sendo ambos fundamentais não só para a preservação mas também para a manutenção do estado moderno e sua capacidade de projeção de poder e soberania quer no plano interno, quer do ponto de vista internacional.

Na verdade, a maior ou menor relevância e utilidade de um ou de outro somente será aferida quando se analisa o contexto, ou seja, é impossível determinar qual dos “poderes” é mais útil ou eficaz sem se levar em conta as características e demais variáveis do caso concreto. Como afirma Joseph S. Nye “a importância depende do contexto” (2012, p. 80), porém resta claro que, quanto maior o poder econômico ou a capacidade industrial e financeira de um estado, maior será sua capacidade de desenvolvimento de um poder militar proporcional e conseqüentemente a sua capacidade de projetar poder nos cenários regionais e globais. Neste sentido:

Os recursos econômicos podem produzir tanto comportamento de poder brando quanto de poder duro. Um modelo econômico bem-sucedido não só produz os recursos militares latentes para o exercício do poder duro, mas pode também atrair outros para imitar seu exemplo. O poder brando da União Européia (UE) no fim da Guerra Fria e o poder brando da China hoje estão aumentados pelo sucesso de seus modelos econômicos. Uma economia grande e bem-sucedida produz não somente recursos de poder duro, mas também a força de atração gravitacional do poder brando. Os recursos econômicos básicos subjacentes ao poder duro e ao poder brando são coisas como o tamanho e a qualidade do produto interno bruto (PIB) renda *per capita*, o nível de tecnologia, os recursos naturais e humanos, as instituições políticas e legais para os mercados, e também uma variedade de recursos estruturados para domínios especiais, como comércio, finanças e concorrência (NYE JR., 2012, p. 80).

Verifica-se assim, que da mesma forma que é impossível dissociar o poder econômico do poder militar, mostra-se igualmente complexo aferir qual dos dois se revela mais útil ou eficaz para a projeção e imposição de poder estatal sem contextualização e verificação das características do caso concreto.

3 A GLOBALIZAÇÃO E A GUERRA

O processo de globalização econômica alterou significativamente as relações de poder entre os estados, especialmente diante da migração de capitais, pessoas e serviços de área economicamente mais favorecidas para aquelas menos desenvolvidas, ou seja, com maior possibilidade de fornecimento de mão-de-obra barata e menos protegida por direitos trabalhistas.

Tal processo fez com que os mercados produtores e consumidores deixassem de possuir uma dimensão regional ou local e passassem a vivenciar uma difusão e uma fluidez jamais vistas no contexto do desenvolvimento humano e econômico. Atualmente a produção de um produto manufaturado básico pode ser feita em diversos países, sendo fragmentada de acordo com a maior facilidade de produção ou menor custo.

Desta forma a inter-relação entre os mercados e as economias nacionais e regionais ganha uma escala global, aproximando suas ligações, o que se por um lado favorece um maior acesso a mercadorias e serviços, por outro, permite que crises econômicas venham a atingir mais e com mais força os diversos estados e suas economias.

Explica Joseph S. Nye Jr. (2012, p. 83) que interdependência econômica dos estados não impede que estes se estruturam de forma a maximizar seus ganhos econômicos, bem como diminuir a influência de outros fatores externos, aumentando com isso o poder sobre outros países, assim a economia é utilizada como elemento de projeção internacional de poder.

Assim, a globalização é um fenômeno que não só revolucionou os mercados mundiais, como exigiu uma reestruturação dos estados e de suas instituições, em especial, ao se considerar que na medida em que a economia de um país se encontra diretamente ligada a aquelas de outros estados ou blocos econômicos, o progresso e o desenvolvimento destes favorecem aquela, porém crises e conflitos distantes podem igualmente interferir, e indiscutivelmente prejudicar também.

Como na lição de Roberto Kuttner (2004, p. 213), os Estados deixam de ter uma atuação tão relevante e as empresas e instituições ganham uma dimensão verdadeiramente transnacional ou multinacional, podendo-se falar em empresas “sem estado” tamanha é a dimensão do processo de globalização econômica. Tal fato se daria especialmente porque tais corporações pertencem na verdade a seus sócios e acionistas e estes estão pulverizados em todo o mundo, não se podendo mais falar em empresas nacionais.

Uma boa percepção da escala de inter-relação dos mercados produtores e consumidores nacionais é indicada por Thomas L. Friedman, que ao analisar a simples venda, produção, distribuição e entrega de seu *notebook* Dell Inspiron 600m, chega à conclusão de

que ele o mesmo foi construído a partir de peças e insumos fabricados em mais de 30 (trinta) fábricas e empresas distintas, localizadas em mais de 15 (quinze) países diferentes. (2014, p.418). Diante de tal constatação, afirma que “essa sintonia da cadeia de fornecimento – desde minha encomenda por telefone até a produção e a entrega em minha casa – é uma das maravilhas do mundo plano” (2014, p. 419).

Vê-se com isso que a globalização econômica indiscutivelmente gera uma maior capacidade produtiva para a economia mundial, porém igualmente acaba por fragilizar determinadas economias que não conseguem satisfatoriamente se inserir nesse modelo planetário de desenvolvimento, e conseqüentemente, passam a estar à margem do mundo plano.

O processo de planetarização das economias e mercados trouxe uma conseqüência direta para o cenário bélico ou militar, a impossibilidade de conflitos mundiais como vividos no século passado. Tal conclusão é fruto da observação histórica de que as guerras globais exigem necessariamente uma intensa concentração de riquezas, capital e meios de produção, que dá suporte aos países ou grupos em conflito em conflito. Ao se perceber que a fabricação de um simples *notebook* exige o esforço e a coordenação de unidades industriais localizadas em mais de quinze países, o que se falar na elaboração de um esforço de guerra mundial?

Esta ideia é a base da formação da *teoria dos arcos dourados sobre a prevenção de conflitos*, imaginada por Thomas L. Friedman e que propõe que dois países que possuem restaurantes do McDonald’s não entraram em conflito (2001, p. 251). Segundo o autor, países cujas sociedades chegaram a um determinado grau de conforto, e que têm acesso a elementos globalizados de consumo, tais como os lanches do McDonald’s, não abrirão mão ou arriscarão essa condição para se lançar a uma empreitada bélica. Neste sentido expõe o autor que a globalização econômica não tem a capacidade de superar a geopolítica, e afirma:

Mas a globalização de fato afeta a geopolítica. A questão simples que eu tentava expor – usando o McDonald’s como metáfora – é que a atual versão da globalização aumenta significativamente os custos da guerra como recurso dos países para preservar a honra, reagir aos medos e perseguir os seus interesses. A novidade de hoje, em comparação com os tempos de Montesquieu e mesmo de Angell, é apenas uma diferença de *intensidade*. A globalização de hoje em dia – com a intensificação da integração econômica e da integração digital, a sempre crescente conectividade das pessoas e países, a difusão das redes e dos valores capitalistas para os pontos mais remotos do planeta e a dependência cada vez maior em relação a Camisa-de-força Dourada e ao Rebanho Eletrônico – tece uma trama de restrições muito mais fortes sobre os comportamentos de política externa dos países conectados ao sistema. Ao mesmo tempo em que aumenta os incentivos para não guerrear, também eleva os custos de entrar em guerra como nunca antes na história moderna (FRIEDMAN, 2001, p. 254).

Tal teoria demonstra de forma precisa a intensa relação entre o processo de globalização da economia e os conflitos bélicos. A difusão de capitais em diversos mercados, a pulverização da produção industrial, e o intenso intercâmbio de mercadorias e serviços inviabilizam, ou pelo menos dificultam imensamente, a ocorrência de um conflito de proporção planetária. Diante disso, a tendência é a ocorrência de conflitos regionais ou locais, internos ou mesmo através de atos de guerra cibernética.

Thomas L. Friedman (2014, p. 421-422) aperfeiçoou a *teoria dos arcos dourados sobre a prevenção de conflitos*, dando origem ao que chamou de *teoria da Dell sobre prevenção de conflitos*, na qual indica que:

Essa teoria McDonald's se manteve funcional, mas agora que quase todos os países já tem McDonald's, a não ser os piores patifes como a Coreia do Norte e o Irã, pareceu-me que a teoria precisava de certa dose de atualização no mundo plano. Nesse espírito, e também com certa ironia, proponho a Teoria da Dell sobre Prevenção de Conflitos, cuja essência é que o advento e a propagação de cadeias globais de fornecimento *Just-in-time* no mundo plano constituem contenção ainda mais forte de aventura geopolíticas do que a melhoria geral do padrão de vida que o McDonald's simbolizava.

A Teoria Dell estabelece: dois países que participem de uma cadeia global importante de fornecimento, como a da Dell, nunca entrarão em guerra contra o outro. Isso porque os povos que fazem parte das grandes cadeias globais não desejam fazer guerras.

Dessa forma, resta clara a relação entre a globalização e os conflitos bélicos, sendo inequívoca a relação entre ambos. Porém, se o processo de globalização é capaz de impedir, ou pelo menos dificultar muito, a ocorrência de guerras mundiais, os conflitos regionais e localizados, ou mesmo crises internas graves de segurança passaram a ser mais comuns. Nesse sentido, a criação, o desenvolvimento e fortalecimento de uma indústria de defesa tornam-se fundamentais para a criação de um elemento de estabilidade nacional e acabam por promover o desenvolvimento econômico, técnico e científico.

4. A INDÚSTRIA DE DEFESA E DA GUERRA COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

Conforme exposto acima, a globalização produziu como consequência política relevante a dificuldade de ocorrência de um conflito de proporções planetárias, principalmente considerando o elevadíssimo grau de interdependência e interação entre as diversas economias mundiais. Dessa forma a tendência em relação aos conflitos bélicos é a ocorrência de guerras localizadas, regionais ou mesmo internas. Diante disso a necessidade de uma indústria bélica que consiga dar suporte aos estados, dotando-os de equipamentos e meios

militares ainda persiste. Nesse sentido, verifica-se claramente que a indústria militar é um forte elemento de desenvolvimento econômico, sobretudo levando em conta que ela representa um grande indutor na pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias e produtos, que posteriormente acabam por adquirir funções ou usos civis.

No caso brasileiro, a indústria militar e de defesa vive hoje um segundo momento de desenvolvimento. Durante as décadas de 1970 e 1980¹, especialmente considerando o contexto mundial da chamada Guerra Fria, bem como o contexto interno do governo militar, a economia de defesa foi imensamente estimulada. Nesse período tivemos a criação, fomento ou desenvolvimento de diversas empresas ligadas à produção bélica, tais como a Engesa (Engenheiros Especializados S.A.), Avibrás ou Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.).

Interessante mencionar que a participação brasileira no mercado mundial de produção e comercialização de produtos de defesa caiu significativamente nos últimos anos. No ano de 1997 a participação mundial brasileira era de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento), enquanto que no ano de 2006 era ainda menor, não passando de 0,003% (três milésimos por cento), tendo chegado a ter participação zero no ano de 2003 (DAGNINO, 2010, p. 93).

Talvez o exemplo mais interessante desse momento de desenvolvimento da indústria bélica nacional tenha sido à Engesa (Engenheiros Especializados S.A.). A empresa especializou-se na criação, fabricação e comercialização de veículo blindados militares, tendo comercializado seus produtos para mais de 20 países, muitos deles na América Latina, além de ter se tornado a maior fornecedora de material bélico de grande porte para o Exército Brasileiro nas décadas de 1970 e 1980. Nesse período o Brasil chegou a ser considerado o quinto maior fabricante de armamento do mundo². (2014, *online*)

As crises econômicas nacionais e internacionais, o momento político vivido no Brasil em meados da década de 1980, onde os investimentos em defesa deixaram de ser prioridade e uma experiência frustrada de venda de um blindado pesado para o mercado do Oriente

¹ Nos anos de 1987 e 1988 as exportações brasileiras de armas alcançaram seu ápice orbitando em mais de US\$ 250 milhões de dólares. (Dagnino, 2010, p. 93)

² A Engesa chegou a comercializar mais de 7.000 (sete mil) veículos blindados, tornando-se a maior produtora de veículo militar no Hemisfério Sul, segundo dados obtidos no sítio eletrônico www.defesabr.com. Dados e informações mais precisas são difíceis, uma vez que quando de seu pleno funcionamento as informações sobre os produtos, vendas e outros elementos eram considerados dados sigilosos, especialmente pela necessidade de proteção em virtude de espionagem industrial, bem como para fins segurança nacional.

Médio³ acabaram por colocar fim a Engesa, gerando grave comprometimento da capacidade de produção bélica de grande porte do Brasil.

Outras duas empresas que tiveram grande desenvolvimento nessa época foram a Embraer e a Avibrás, ambas tendo conseguido se manter no mercado até hoje. A primeira tornou-se a terceira maior fabricante de aviões do mundo, tendo atualmente forte atuação no mercado de defesa, não só no Brasil como no mundo.

A Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A, Embraer, foi criada em 9 de agosto de 1969, com o objetivo de criar uma indústria aeroespacial nacional que pudesse desenvolver aeronaves civis e militares capazes de atender às necessidades brasileiras e internacionais. Atualmente a empresa é responsável pela fabricação do produto mais sofisticado e de maior valor agregado exportado pelo país, tendo comercializado até o presente quase de 5.000 (cinco mil) aeronaves civis e militares das mais variadas classes e tamanhos.

No campo militar, a Embraer já comercializou aeronaves para mais de 50 (cinquenta) Forças Armadas pelo mundo, caracterizando-se como a 3^a maior fabricantes de aviões do mundo e 1^a no hemisfério sul. Recentemente duas conquistas da empresa se destacaram. A primeira ter vendido aviões de caça modelo Super Tucano⁴ à Força Aérea dos Estados Unidos da América, definindo-se como a primeira empresa latino-americana a comercializar com aquela Força Armada. A segunda conquista recente foi a apresentação do primeiro exemplar do avião de transporte militar KC 390, que será o maior avião já fabricado no Brasil, e com propostas já definidas de compras para Forças Aéreas de diversos países. Somente a Força Aérea Brasileira fez encomenda de 84 (oitenta e quatro) exemplares do avião, cuja entrega começará a ser feita a esta Força em 2016. (2014, *online*)

O desenvolvimento do citado avião representa um claro exemplo do quanto a indústria de defesa e guerra pode colaborar decisivamente para o desenvolvimento econômico nacional. Tal fato é melhor compreendido considerando que a pesquisa e o desenvolvimento desse aeroplano como base a possibilidade de construção de uma aeronave de transporte militar de grande porte que pudesse cumprir as mesmas funções operacionais do mais famoso e bem

³ Durante as décadas de 1970 e 1980 a Engesa iniciou o desenvolvimento de um carro de combate pesado (main battle tank) chamado Osório. O veículo, desenvolvido em parceria com o Exército Brasileiro, demandou grande investimento e esforço financeiro por parte da empresa e foi o primeiro colocado em uma concorrência internacional feita pelo Exército da Arábia Saudita e cujas vendas não tornariam o projeto financeiramente viável como igualmente projetariam a Engesa e Brasil como um dos grandes produtores bélicos mundiais. Apesar de o Brasil ter obtido o primeiro lugar, os Sauditas optaram pela aquisição de um blindado norte-americano. Tal fato foi decisivo para a falência da empresa brasileira

⁴ Aeronave empregada em missões de interceptação a aviões de médio e pequeno porte, bem como em ações de contra-insurgência, anti-guerrilha e combate irregular.

sucedido avião de transporte militar em operação, o Lockheed C-130 Hercules, em operação desde a década de 1960 em mais de 70 (setenta) Forças Aéreas.

Segundo estudos desenvolvidos pela Embraer (2014, *online*), nos próximos 30 (trinta) anos, quase a integralidade dos quase 2.400 (dois mil e quatrocentos) Hércules C-130 em operação no mundo precisarão ser substituídos, pois concluirão que concluíram sua vida operacional. Desta forma, abre-se um imenso mercado consumidor tendo em vista a necessidade de que o antigo avião seja substituído de forma eficiente. Diante disso, e considerando que o avião brasileiro apresenta grandes vantagens operacionais sobre o norte-americano, tais como maior velocidade⁵ e menor custo operacional, tem-se uma oportunidade de desenvolvimento da indústria brasileira com projeção mundial de seus produtos.

Detalhe relevante do desenvolvimento e sucesso de mercado obtido pela Embraer é que sua origem deveu-se à forte atuação do governo brasileiro, seu único dono até a década de 1990, bem como à criação, em décadas anteriores do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, ITA. Nesse sentido vê-se bem a lição de Francisco Diniz (2010, p. 357) que analisando as questões de desenvolvimento econômico e progresso tecnológico, indica que “a educação e a criação de capital humano têm um papel especial na melhoria da capacidade que a economia tem para criar novas ideias”.

O pensamento de que o investimento em defesa gera desenvolvimento econômico pode igualmente ser constatada quando se analisa a chamada *Estratégia Nacional de Defesa*, aprovada pelo Decreto 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Tal documento, aprovado à época pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, define as diretrizes, prioridades e caminhos para o desenvolvimento da política de defesa e segurança nacional que deve ser adotada pelo Brasil nos próximos anos. Por meio desse decreto, cada uma das Forças Armadas indicou suas prioridades estratégicas e táticas, bem como destaques operacionais e áreas que demandam maior investimento.

Referido documento político sinaliza quais áreas merecerão maior investimento por parte do Estado Brasileiro nas próximas décadas no que diz respeito à segurança e defesa nacional e pode servir de norte ou bússola para que a indústria nacional possa saber onde e quanto investir em pesquisa, tecnologia e desenvolvimento de novos produtos e artefatos bélicos.

No âmbito da Marinha de Guerra, essa estratégia propõe a criação da chamada Segunda Esquadra, a ser sediada em São Luiz, Maranhão, e que será responsável pela

⁵ Na versão mais atual, o Lockheed C-130 Hércules não passa dos 671 km/h, enquanto que o Embraer KC 390 irá voar a 850 km/h.

proteção e defesa do litoral nordeste e norte do Brasil. Tal força naval será capitaneada por um novo navio-aeródromo (porta-aviões) a ser adquirido e posto em operação pelo Brasil até a década de 2030. Em paralelo à criação dessa esquadra, a Primeira Esquadra com sede no Rio de Janeiro deverá ser reaparelhada, segundo o planejamento da Marinha de Guerra, nos próximos 30 (trinta) anos.

A Força Naval brasileira que avançará rumo à década de 2040, formada pelas esquadras do Rio e do Maranhão, será, não há dúvida, bem mais poderosa que a atual, e contará com, ao menos, 150 embarcações principais.

Nela vão figurar, além do submarino de propulsão nuclear e de seis ou sete diesel-elétricos (devido à desincorporação dos classe Tupi mais antigos e desgastados), um porta-aviões moderno, dois navios de propósito múltiplo, fragatas pesadas aptas a comissões de longa duração com só dez anos de uso, modernas corvetas lançamísseis classe Tamandaré, capacitadas a fazer patrulhamentos no lado oriental do Atlântico Sul, e uma miríade de navios-patrolha de diferentes portes rondando os plataformas extratoras do óleo leve acondicionado nos reservatórios do pré-sal.

Além disso, a Marinha dos anos 2030 já deverá estar trabalhando an ampliação da Força de Submarinos, pela construção de um novo submarino nuclear – SN-11 – e da classe de submersíveis diesel-elétricos que se seguirá à dos navios Scorpène. (LOPES, 2014, p. 367)

Essa meta se mostra imensamente audaciosa e representará a aquisição nos próximos 30 (trinta) anos de pelo menos cem embarcações de médio e grande porte pela Marinha de Guerra, o que representa uma possibilidade inédita e sem precedentes para a indústria naval brasileira. Nesse sentido mais uma vez se pode perceber a forte relação as necessidades de defesa nacional e preparação para guerra e o desenvolvimento econômico. Tal relação faz com que as Forças Armadas necessariamente venham a trabalhar em conjunto com a indústria nacional no sentido de dotar o Brasil de tecnologia própria e capacidade industrial plena a fim minimamente garantir a soberania nacional.

A relação entre forças militares e indústria, pouco a pouco, agrega um outros componentes, quais sejam, as universidades e centros de pesquisa. Interessante exemplo é citado por Roberto Lopes diante da procura pela Marinha Brasileira de novos recursos não apenas na guerra anti-submarina mas também na guerra anti-minas⁶. Comenta o autor que

Quatro anos mais tarde, quando os militares brasileiros ainda liam e analisavam as lições do enfrentamento contra a incipiente Marinha de Saddam Hussein, oficiais da Força de Minagem e Varredura pertencentes ao recém-criado Grupo de Avaliação e Adestramento de Guerra de Minas procuraram a empresa ARMTEC Tecnologia em Robótica, do Ceará, para verificar se o Samba, um veículo submersível controlado remotamente – *remotely operated vehicle*, ou ROV, no jargão militar – e desenvolvido por seus engenheiros em parceira com a Universidade de Fortaleza, podia ser aproveitado na guerra de minas. (2014, p. 322)

⁶ Minas são artefatos explosivos colocados de forma submersa que serão acionadas pelo choque com o casco de uma embarcação ou mesmo pela força eletro-magnética causada pelo navio.

Tal fato comprova portanto que os investimentos em defesa representam forte incremento no desenvolvimento econômico e grande incentivo à pesquisa tecnológica, tanto nas indústrias e na iniciativa privada quanto nas universidades e centros de pesquisa públicos e privados.

Ainda sobre os investimentos feitos pela Marinha, convém destacar o avançado estado de desenvolvimento do primeiro submarino de propulsão nuclear o Brasil (SN-10 *Álvaro Alberto*), cujo projeto do reator de fissão nuclear e do casco está sendo desenvolvido em grande parte com tecnologia nacional. Essa inovação torna o Brasil o único país do hemisfério sul que possui tal tecnologia.

A Marinha desenvolve o citado projeto no chamado Laboratório de Geração Nucleoelétrica (Labgene), localizado no Centro Experimental Aramar a 120 (cento e vinte) quilômetros do município de São Paulo. Até o ano de 2013 o Brasil já tinha investido R\$ 10,3 bilhões no projeto do submarino nuclear, e em 2014 deverá investir mais R\$ 2,261 milhões. A partir do próximo ano, mais R\$ 11 bilhões deverão ser investidos para a conclusão do projeto (LOPES, 2014, p. 348).

Tais recursos, bem como a maior parte daqueles destinados à aquisição e fabricação de novos equipamento e navios, vêm do fundo de modernização da Marinha, o qual é abastecido em grande parte por recursos advindos da exploração petrolífera da chamada camada de *pré-sal*.

No caso no Exército Brasileiro, os investimentos realizados nos últimos anos igualmente demonstram de forma direta a relação entre gastos militares e desenvolvimento econômico. O planejamento inicial para o ano de 2013 era o investimento de R\$ 14,5 bilhões do chamado Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2) em defesa nacional e gastos militares (2014, *online*). Até agora não existem dados disponíveis do quanto foi efetivamente gasto ou empregado.

A força terrestre empregou seus recursos basicamente em dois projetos, quais sejam o desenvolvimento de um novo blindado de transporte de tropas, chamado *Guarani*, fabricado no Brasil e com projeto nacional pela Iveco, subsidiária da Fiat, e a aquisição de uma nova geração de lançadores múltiplos⁷ *Astros II* fabricados pela Avibrás Indústria Aeroespacial,

⁷ O Sistema Astros (Artillery Saturation Rocket System – Sistema de Foguetes de Saturação de Artilharia) constitui-se de veículos de artilharia autopropulsada destinados ao apoio de fogos e que tem a capacidade de lançarem foguetes e mísseis com alcance de até 300 quilômetros.

empresa nacional do setor bélico fundada em 1961 e que já comercializou seus produtos para mais de 20 (vinte) países, dentre eles Arábia Saudita, Indonésia e Malásia (2014, *online*).

O investimento realizado no fomento da indústria bélica é capaz de incrementar sensivelmente a geração de empregos e conseqüentemente ser instrumento de promoção de desenvolvimento humano. Interessante destacar que atualmente a indústria de defesa nacional gera 25 (vinte cinco) mil empregos diretos, e cerca de 100 (cem) mil empregos indiretos, distribuídos em 170 empresas distintas. (2014, *on line*)

Vê-se com isso que o investimento feito atualmente pela Marinha de Guerra, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira, inegavelmente, colaboraram de forma decisiva para o incremento e maior desenvolvimento da industria nacional, aperfeiçoando não apenas os produtos em si, mas também as linhas de produção, os fluxos econômicos e a mão-de-obra especializada e destacando o Brasil como país produtor e exportador de material bélico.

CONCLUSÃO

Os investimentos em segurança nacional, defesa e preparação para guerra inequivocamente representam forte estímulo ao desenvolvimento econômico de país, especialmente quando se considera a realidade mundial, em que os mercados difusos e globalizados facilitam a troca e o intercambio de informações, serviços e recursos.

O processo de globalização da economia praticamente inviabilizou a ocorrência de um conflito bélico de proporções planetárias, sobretudo considerando a difusão do capital, extremamente fluido atualmente, bem como as linhas de produção industrial que hoje são pulverizadas em diversos países e também completamente interdependentes. Nesse sentido os conflitos bélicos passaram a ser vistos muito mais em um contexto regional ou local, fazendo com que a indústria bélica tenha que se modernizar e atualizar, principalmente para fornecer a tempo armas e equipamentos para as mais variadas necessidades.

Desta forma, mais intensamente do que em cenários econômicos e industriais anteriores, o desenvolvimento econômico está progressivamente atrelado aos investimentos militares, sendo estes fortes indutores de tecnologias e pesquisas, bem como obrigam a indústria a desenvolver equipamentos adequados para as mais variadas missões militares, tais como: o combate ao contrabando e ao narcotráfico, missões de imposição ou preservação da paz promovidas por organizações internacionais, encontros regionais entre países, ou mesmo o combate às ameaças como o terrorismo e a guerra cibernética.

Conclui-se, portanto, que, de maneira crescente, os investimentos em defesa e guerra servirão de elementos de desenvolvimento econômico, gerando riquezas e projeção de poder econômico e militar para os estados nacionais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE CHÁCARAS UNIDOS – ASSECRE. **Home**. Disponível em: <www.assecre.org.br>. Acesso em: 06 abr. 2015.

ÁVILA, Rafael e RANGEL, Leandro de Alencar. **A guerra e o direito internacional**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009.

BARBOZA, Julio. **Uso de la fuerza. Responsabilidad Internacional**. Buenos Aires: Zavalía, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Os problemas da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Editora UNESP, 2003

BRASIL, Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Defesa, Brasília, DF.

BRASIL. **Defesa nacional**. Disponível em: <www.defesabr.com>. Acesso em: 06 abr. 2015.

BRASIL. **Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Escola Marechal Castello Branco**. Disponível em: < www.eceme.ensino.eb.br>. Acesso em: 06 abr. 2015.

BRASIL. **Exército brasileiro**. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 06 abr. 2015.

BRASIL. **Força área brasileira – FAB**. Disponível em: <www.fab.mil.br>. Acesso em: 06 abr. 2015.

BRASIL. **Programa de aceleração do crescimento – PAC**. Disponível em: <www.pac.gov.br>. Acesso em: 06 abr. 2015.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DAGNINO, Renato. **A Indústria de Defesa no Governo Lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DINIZ, Francisco. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico: modelos e agentes do processo**. Lisboa: Editora Silabo, 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A. – EMBRAER S.A. **Home**. Disponível em: <www.embraer.com>. Acesso em: 06 abr. 2015.

FERRAJOLI, Luigi. **Razones Jurídicas del Pacifismo**. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

FRIEDMAN, Thomas L. **O lexis e a oliveira**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001

_____. **O mundo é plano: Uma breve história do século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Quente, Plano e Lotado:** Os desafios e oportunidades de um novo mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HANSON, Victor Davis. **Guerra: El origen de todo.** Madrid: Turner Publicaciones, 2011.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KUTTNER, Robert. O papel dos governos na economia global. In: HUTTON, Will et AL (org.). **No limite da racionalidade.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

LOPES, Roberto. **As garras do cisne:** O ambicioso plano da Marinha Brasileira de se transformar na nona frota mais poderosa do mundo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

MAGNOLI, Demétrio (org). **História das Guerras.** São Paulo: Contexto, 2009.

NYE, Joseph S. Jr. **O Futuro do Poder.** São Paulo: Benvirá, 2012.

RODRIGUES, Thiago. **Guerra e política nas relações internacionais.** São Paulo: EDUC, 2010.

SMITH, Rupert. **A utilidade da força:** a arte da guerra no mundo moderno. Coimbra: Edições 70, 2008.